

# PROTOCOLO PROJECTO IGREJA SEGURA



INSTITUTO PORTUGUÊS  
DE CONSTRUÇÃO  
E RECONSTRUÇÃO



SERVIÇO GERAL DO COMISSÁRIO  
E SERVIÇOS SOCIAIS

INSTITUTO PORTUGUÊS  
DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

UNião das Escolas Portuguesas

Instituto Português  
de Fomento

ASBP



Apoios

GRUPO **bcp**  
Per si, até onde for preciso



COMISSÃO  
2003  
Uma cidade viva

# PROTOCOLO

## PROJECTO IGREJA SEGURA

É por todos desejável que as nossas igrejas, continuando como centros de culto, sejam também pólos dinamizadores de cultura, e por isso espaços abertos e seguros.

Efectivamente os templos católicos, conhecidos habitualmente como igrejas ou capelas, foram construídos para serem lugares de culto e de ensino da fé cristã. Com esse intuito os conserva e estima a comunidade crente.

O nível artístico em que foram edificados e o progressivo enriquecimento que gerações sucessivas lhes foram doando, em valores de beleza e de testemunho histórico, tornaram muitos destes edifícios valores expressivos de cultura, verdadeiras jóias do nosso património artístico e cultural.

Por isso, é justo e louvável que todos queiramos ver esses edifícios religiosos abertos ao público, de modo que possam continuar a sua missão de lugares de culto para crentes, verdadeiros testemunhos de beleza artística e padrões de história oferecidos à fruição de todos.

Tais propósitos só serão viáveis se estiver garantida a segurança destes espaços contra os diversos factores que concorrem para a sua perda ou desvalorização.

Assim, em ordem a garantir tal segurança em moldes eficazes, o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, através do seu órgão constitutivo Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária, concebeu o Projecto Igreja Segura, em colaboração com o Instituto Português de Conservação e Restauro e a Diocese de Coimbra, para ser realizado em parceria com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Universidade Católica Portuguesa, a União das Misericórdias Portuguesas, o Instituto Politécnico de Portalegre, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Ordem dos Engenheiros.

A Diocese de Coimbra constituirá, assim, a primeira Diocese a integrar o Projecto Igreja Segura, como ponto de partida formal, para que, rapidamente e em moldes formais mais simples, outras Dioceses possam também aderir ao Projecto, a nível nacional. Através da União das Misericórdias Portuguesas algumas igrejas irão igualmente integrar este Projecto.

Conforme decorre do seu Programa, é objectivo fundamental do Projecto Igreja Segura juntar e otimizar esforços, interesses e recursos destas diversas entidades para criar as condições de segurança e de conservação necessárias à salvaguarda sistemática e efectiva do património histórico e artístico da Igreja, permitindo também a abertura à comunidade e o usufruto controlado de algumas igrejas habitualmente encerradas.

Assim, considerando:

- a) O panorama criminológico na área de furto e tráfico de bens culturais em igrejas e outros edifícios religiosos, cujos contornos actuais e futuros se afiguram complexos e preocupantes, tanto a nível nacional como internacional;
- b) A competência da Polícia Judiciária em matéria de prevenção e investigação criminal estabelecido pelo Decreto-Lei nº 275-A/2000, de 9/11, nomeadamente os seus artigos 4º, lf) e 5º, 2e), e o posicionamento privilegiado do seu museu - órgão do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais como ponto de encontro das perspectivas cultural e policial;

- c) O grande número de bens culturais móveis existentes em igrejas e outros edifícios religiosos, alguns deles ainda não inventariados e, em boa parte, não defendidos por meios de segurança adequados;
- d) O deficiente ou desconhecido estado de conservação de parte desses bens;
- e) As bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural estabelecidos pela lei nº 107/2001, de 8/9, nomeadamente os seus artigos 3º, 4º, 6º, 11º, 12º e 13º;
- f) A constatação da insuficiência de recursos afectos, por parte da Igreja, para a implementação de procedimentos adequados à efectiva protecção e salvaguarda do seu património artístico e cultural, que se estima corresponder a aproximadamente 75% de todo o património cultural português;
- g) O recurso ao encerramento de igrejas e outros edifícios religiosos, por questões de segurança, impedindo a sua fruição, o seu estudo e conhecimento, a sua conservação adequada e a divulgação deste valiosíssimo património histórico e artístico.

É celebrado o presente Protocolo, que estabelece o quadro de cooperação entre as seguintes entidades:

- Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC);
- Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR);
- Diocese de Coimbra (DC);
- Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN);
- Universidade Católica Portuguesa (UCP);
- União das Misericórdias Portuguesas (UMP);
- Instituto Politécnico de Portalegre (IPP);
- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Ordem dos Engenheiros (OE).

E que se rege pelas seguintes cláusulas:

1º

O Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, através do seu órgão constitutivo Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária, coadjuvado por membros das Brigadas contra o Furtos e Tráfico de Obras de Arte da Polícia Judiciária a nível nacional, compromete-se a:

- a) Coordenar o Projecto e a comunicação entre todas as partes intervenientes no mesmo;

- b) Elaborar o guião e organizar a exposição itinerante multimédia "SOS Igreja", que será inaugurada no âmbito de Coimbra - Capital Nacional da Cultura 2003;
- c) Elaborar os conteúdos do Vídeo Pedagógico, do Manual de Segurança e do Questionário para Avaliação de Riscos de Segurança em colaboração com a equipa de especialistas em segurança referidos no artigo 9º, alínea b), conteúdos que serão sujeitos à apreciação da vigaria geral da Diocese de Coimbra;
- d) Elaborar, depois de consultados os diversos parceiros do Projecto, os conteúdos da carta de direitos e obrigações para as igrejas inscritas no mesmo, sujeitos a aprovação por parte da Diocese e das Misericórdias em causa;
- e) Elaborar, depois de consultados os diversos parceiros de Projecto e com a aprovação da Diocese, os conteúdos da carta de comprometimento a assinar por parte dos membros das equipas de acompanhamento;
- f) Coordenar e participar, com pelo menos um membro constitutivo, na equipa de acompanhamento das "igrejas piloto" inscritas na primeira fase do Projecto, para a elaboração dos pré-inventários, quando não existam, o preenchimento dos questionários de avaliação de riscos de segurança, planeamento e implementação de medidas de segurança a nível organizacional e de equipamentos;
- g) Apreciar e dar o seu parecer, em prazo que não exceda 60 dias, as propostas de implementação de sistemas de segurança apresentadas por firmas idóneas aos responsáveis das "igrejas piloto", a partir dos programas de implementação de sistemas de segurança elaborados pelo(s) especialista(s) em segurança acima mencionados;
- h) Colaborar na preparação de voluntários para vigilância nas igrejas, feita através de acções de formação de curta duração, de acordo com os responsáveis locais pelas igrejas inscritas no Projecto;
- i) Promover o estreitamento de ligações entre as igrejas inscritas no Projecto com os Bombeiros, PSP ou GNR locais, de acordo com os responsáveis das igrejas;
- j) Coordenar, depois de consultados os diversos parceiros de Projecto, a organização de um ciclo de conferências ou acções de formação sensibilizadoras para a temática da segurança;
- k) Fazer o tratamento de informação proveniente do Projecto Igreja Segura, nomeadamente do Questionário para Avaliação de Riscos de Segurança e promover a elaboração de estudos, mormente de índole estatística;
- l) Coordenar a avaliação final do Projecto e propor e planear eventuais alargamentos a fases seguintes.

O Instituto Português de Conservação e Restauro compromete-se a:

- a) Disponibilizar o seu laboratório móvel para exposição junto da Igreja de Santiago, em Coimbra, complementando o arranque da exposição multimédia "SOS Igreja" que aí decorrerá ao longo de 2003, deixando no mesmo local um painel explicativo sempre que o laboratório móvel tenha de ausentar-se em serviço;
- b) Disponibilizar o seu laboratório móvel e a respectiva equipa técnica para visitar as igrejas inscritas neste Projecto e analisar o estado de conservação do seu património histórico e artístico, elaborando um diagnóstico e indicando os tratamentos de conservação a implementar necessariamente a curto, médio e longo prazo;
- c) Elaborar os conteúdos do Manual de Conservação, adequando-os ao contexto do Projecto e respectivos grupos a que se destinam;
- d) Captar, na medida do possível, a colaboração de instituições de ensino de conservação e restauro para os objectivos do Projecto e coordenar os trabalhos de ajuda que por elas venham a ser elaborados;
- e) Apreciar e dar o seu parecer, em prazo que não exceda 30 dias, os programas e cadernos de encargos das entidades que se auto-proponham ou sejam convidadas pelos órgãos gestores das "igrejas piloto" para efectuarem os trabalhos de conservação ou restauro preconizados pelo mesmo IPCR;
- f) Integrar as acções desenvolvidas neste Projecto no âmbito do Plano Nacional de Conservação e Restauro, compatibilizando-os com os objectivos deste Instituto para a preservação do Património.

A Diocese de Coimbra compromete-se a:

- a) Disponibilizar a igreja de Santiago, em Coimbra, para a exposição "SOS Igreja";
- b) Garantir o parecer formal da Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja sobre os conteúdos do Manual de Segurança e do Questionário para a Avaliação de Riscos de Segurança no prazo máximo de 30 dias;
- c) Dar o seu parecer sobre os conteúdos do Vídeo Pedagógico no prazo máximo de 30 dias;
- d) Garantir a impressão atempada de exemplares do Manual de Segurança, cartazes e folhetos informativos nos moldes gráficos acordados com o IPP, o ISPJCC e o IPCR e pela CEBCI e a UMP;
- e) Divulgar o Projecto, sensibilizando outras Dioceses portuguesas para aderirem ao Projecto, acolhendo-o como instrumento de apoio nesta área específica da salvaguarda integral dos bens culturais, mobilizando párocos, comissões fabriqueiras e outras entidades detentoras de edifícios religiosos com património móvel, a:

- assistir à exposição multimédia "SOS Igreja";
- cumprir integralmente as regras do Projecto, acordadas conforme acima expresso, garantindo bons resultados finais;
- procurar parcerias, nas respectivas comunidades, nomeadamente com as Câmaras Municipais, Associações Culturais, etc., que garantam apoios técnicos, financeiros e solidários que permitam a implementação e manutenção das medidas de segurança preconizadas;
- Recordar as medidas previstas superiormente pela Igreja, e de boa prática conservativa, que poderão incluir a remoção de peças para depósitos ou museus diocesanos, quando está ameaçada a salvaguarda integral de bens culturais que localmente não poderão usufruir da protecção adequada ao seu valor ou estado de conservação.

#### 4º

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais compromete-se a:

- a) Colaborar na selecção dos imóveis a enquadrar no Projecto através das suas Direcções Regionais de acordo com a autoridade da Diocese em que estes se situem;
- b) Elaborar os relatórios/fichas de diagnóstico relativos ao estado de conservação dos referidos imóveis e os respectivos cadernos de encargos, assim como coordenar as intervenções julgadas necessárias, nomeadamente elaboração do Projecto, lançamento do concurso e fiscalização das obras em causa, de acordo com os responsáveis locais pelos edifícios religiosos em estudo.

#### 5º

A Universidade Católica Portuguesa, através do seu Centro de Estudos de História Religiosa, de Lisboa, compromete-se a:

- a) Apoiar e divulgar o Projecto dentro dos seus círculos de acção e influência;
- b) Orientar, coordenar e uniformizar os trabalhos de inventariação das igrejas inscritas no Projecto Igreja Segura que manifestem interesse e disponham dos recursos financeiros necessários para uma inventariação segundo critérios científicos em suportes informatizados adequados, partindo dos pré-inventários já elaborados e dando-lhes assim continuidade;
- c) Garantir a gestão da informação dos inventários informatizados e o seu acesso condicionado.

A União das Misericórdias Portuguesas compromete-se a:

- a) Apoiar e divulgar o Projecto junto de todas as Misericórdias Portuguesas;
- b) Dar o seu parecer, através da Comissão de Património, sobre os conteúdos do Manual de Segurança;
- c) Dar o seu parecer, através da Comissão de Património, sobre os conteúdos do Vídeo Pedagógico e do Questionário para Avaliação de Riscos de Segurança no prazo máximo de 30 dias;
- d) Coordenar a selecção de um conjunto de igrejas e capelas para a integração no Projecto, como casos piloto;
- e) Contribuir com um apoio financeiro para a implementação do Projecto;
- f) Coordenar, através da sua Comissão de Património, todas as acções a desenvolver junto das Misericórdias, individualmente ou junto dos respectivos Secretariados Regionais;
- g) Fornecer as informações consideradas úteis resultantes do trabalho desenvolvido pela Comissão de Património, nomeadamente pela execução dos protocolos em curso;
- h) Incentivar as Misericórdias a:
  - assistir à exposição multimédia "SOS Igreja";
  - aderir, mediante inscrição, a eventuais fases subsequentes do Projecto;
  - cumprir integralmente as regras do Projecto;
  - recolher entre as respectivas comunidades, apoios técnicos e financeiros para a implementação e manutenção das medidas de segurança preconizadas.

O Instituto Politécnico de Portalegre, nomeadamente a sua Escola Superior de Tecnologia e Gestão, compromete-se a:

- a) Apoiar e divulgar o Projecto dentro dos seus círculos de acção e influência;
- b) Conceber atempadamente os elementos de composição de imagem e divulgação do Projecto Igreja Segura, em suporte informático e de papel, incluindo logotipo, manual, questionário, cartazes e folhetos informativos, de acordo com o parecer da entidade coordenadora do Projecto, com a concordância da CEBCI.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses compromete-se a:

Encorajar, a nível nacional, as Câmaras Municipais a dar o seu apoio ao Projecto, nos respectivos municípios, mediante reuniões com os parceiros do mesmo, para avaliação das participações possíveis, caso a caso, nomeadamente a nível de:

- disponibilização de recursos técnicos existentes que integrem as equipas de acompanhamento para colaboração ou elaboração integral dos pré-inventários, mediante obrigação de sigilo;
- disponibilização de recursos financeiros indirectos - através de divulgação junto de potenciais financiadores locais elou de eventuais candidaturas a outros fundos - para implementação e manutenção das medidas de segurança e de conservação preconizadas.

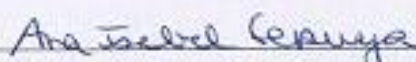
A Ordem dos Engenheiros compromete-se a:

- a) Apoiar e divulgar o Projecto dentro dos seus círculos de acção e influência;
- b) Propor uma equipa de engenheiros especialistas em segurança, com o respectivo coordenador independente, com vista a:
  - colaborar na elaboração dos conteúdos do Manual de Segurança e da componente de segurança do Vídeo Pedagógico;
  - colaborar nas equipas de acompanhamento;
  - elaborar estudos de implementação de sistemas de segurança, caso a caso, a partir dos dados dos Questionários de Avaliação de Riscos de Segurança devidamente preenchidos, num prazo que não exceda 90 dias;
- c) Financiar as deslocações correspondentes ao trabalho desenvolvido pela equipa de engenheiros referidos na alínea b).

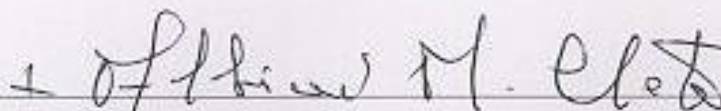




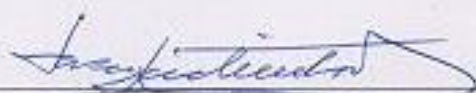
Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais



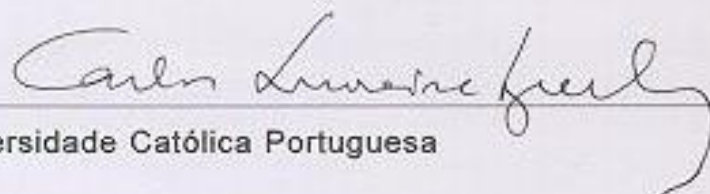
Instituto Português de Conservação e Restauro



Diocese de Coimbra



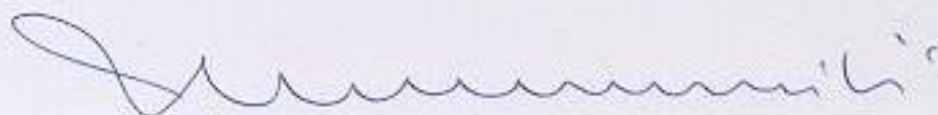
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais



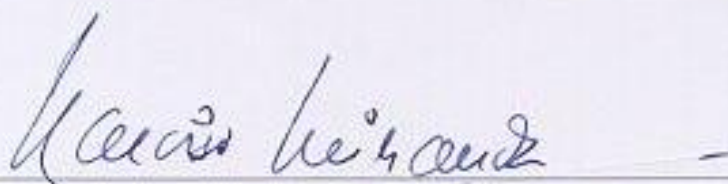
Universidade Católica Portuguesa



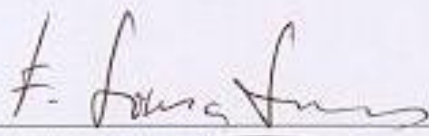
União das Misericórdias Portuguesas



Instituto Politécnico de Portalegre



Associação Nacional de Municípios Portugueses



Ordem dos Engenheiros